



A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO INSTRUMENTO EM PROL DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Jefferson Costa de Souza¹

Alexsandra Pereira Silva de Souza²

RESUMO - Este estudo busca compreender a Economia Solidária como instrumento aplicável na consecução da representação social na Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, procurou-se abordar aspectos históricos e conceituais da construção dessa educação, tencionando apontar um método capaz de mitigar os efeitos nocivos de uma economia desigual, imposta ao longo dos tempos, e apresentar práticas educativas e socioeconômicas aplicáveis na formação cognoscente de jovens e adultos. Por meio da Economia Solidária, a pesquisa identificou práticas de construção do saber que ampliam os horizontes para um pensar construtivo. Como resultado, observou-se a necessidade de uma efetiva compreensão acerca de Economia Solidária, pelos agentes envolvidos no processo, a fim de que tal método de externalização de saberes, na forma de representações sociais solidárias, venha a permitir a produção efetiva de saberes, por meio da diversidade de representações, de forma consciente, em um ato de verdadeira cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: EJA. Economia Solidária. Representação Social.

A SOLIDARY ECONOMY AS AN INSTRUMENT IN FAVOR OF SOCIAL REPRESENTATION IN YOUTH AND ADULT EDUCATION

ABSTRACT - This study seeks to understand the Solidarity Economy as applicable instrument in achieving the Social Representation in the Youth and Adult Education. Therefore, we tried to address historical and conceptual aspects of the construction of the youth and adult education, intending to appoint a method to mitigate the harmful effects of disequal economy, imposed over time, and provide educational and socio-economic practices

¹ Doutorando e Mestre em Economia (UNLAM / UNB); Especialista em Gestão Ambiental e Agronegócios; em Educação a Distância (UNISEB). Professor da FACISA nos cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis. E-mail: capjefferson@hotmail.com.

² Especialista em Gestão Educacional (UNISEB); Especialista em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária (UFMT). Licenciada em Ciências Biológicas (UFMT). Professora da Escola Interativa COOPEMA. E-mail: alexiabmz@hotmail.com.



applicable in training knowing of youth and adults. Through Solidarity Economy, this research has identified building practices of knowledge that expand the horizons for constructive thinking. As a result, there was the need for an effective understanding of Solidarity Economy, by the actors involved in the process in order that such knowledge outsourcing method in the form of supportive social representations, will enable effective production of knowledge by through the diversity of representations, consciously, in an act of true citizenship.

KEYWORDS: EJA; Solidary Economy; Social Representation.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem por finalidade compreender a Economia Solidária como um instrumento capaz de oportunizar o estabelecimento de representações sociais sólidas, no contexto de um efetivo processo educacional de jovens e adultos conscientes de sua participação, a partir de uma nova atitude na forma de se pensar a economia.

Hoje a preocupação é por uma educação voltada para a formação integral do ser humano, formação essa indutora de responsabilidade social, política e econômica que envolva processos de transformação, reconstrução e apropriação dos saberes pelo agente aprendente, agente cidadão. Diante das mudanças ocorridas no âmbito escolar e das crises oriundas dos processos sociais de consumo e produção, a escola se organiza sob uma nova forma, surgindo novos modos de produção e comunicação mediadores desse processo educacional.

Nesse contexto, observa-se a necessidade de trabalhar, inclusivamente, com jovens e adultos que, por problemas diversos, foram alijados do processo educacional tradicional em tempo oportuno. Uma nova forma de viver e se desenvolver é possível a esses que ficaram à margem do que preconizava o processo educacional. Assim, a partir das escolhas que cada jovem e cada adulto poderão fazer, levando em consideração tanto as opções que lhes são demonstradas na sua condição de sujeito histórico, quanto no seu confronto com as situações de aprendizagem vivenciadas na EJA, podem-se produzir novas representações sociais com forte presença no campo econômico e educacional.

Estar inserido no mercado capitalista, como sistema econômico vigente neste mundo globalizado, faz parte da sociedade que é por nós mesmos configurada. Mas a educação tem responsabilidades que vão além de preparar seres para uma mera posição de prestígio econômico. Ao se estabelecer uma relação entre o capital e o trabalho, entre a



economia e a sociedade não devemos deixar de atribuir importância à didática, no âmbito do ensino de ciências, da matemática, do uso das línguas e das práticas corporais.

O processo de aprendizagem da EJA instrumentaliza os educandos, fornecendo os meios necessários para que eles possam realizar suas próprias leituras acerca do papel que desenvolvem na sociedade, como produtores e consumidores. Aqui, surge a Economia Solidária, como uma proposta de inserção educacional de jovens e adultos, outrora marginalizados, no meio econômico e social vigente.

Partindo desse pressuposto, é relevante, diante de tantos avanços tecnológicos, comportamentais e sociais, investigar se essa educação para os jovens e adultos tem atendido suas necessidades como seres sociais e de que forma as representações sociais (assimilação e construção psicossocial) têm se configurado, analisando como seus integrantes se apropriam dos princípios da economia solidária em suas vidas, bem como da educação, no contexto da economia solidária, como práxis de suas necessidades como seres sociais.

Assim sendo, por meio de pesquisa bibliográfica e, apoiado em material eletrônico (internet), em matérias de jornais e livros de autores renomados, este estudo analisa as ponderações de entendimentos quanto às mudanças ocorridas na educação de jovens e adultos, bem como no exercício da economia solidária, como prática educativa desses aprendentes.

2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: BREVE HISTÓRICO

Busca-se há muito, por meio da educação, uma inclusão social como um direito de todos os homens e mulheres, independente de sua cor, religião, posição social ou histórico familiar. Desde a década de 1920, há uma preocupação com os menos favorecidos educacionalmente, embora o maior empenho fosse dar certa visibilidade econômica ao país que possuía, até então, muitos analfabetos.

De qualquer forma, ao longo do tempo, pessoas interessadas na construção de seres críticos e donos de sua própria aprendizagem, como Paulo Freire, se mobilizaram para que a grande massa da população tivesse condições subjetivas e objetivas, ou seja, tivesse acesso aos direitos civis, sociais e políticos, para então exercer sua cidadania, com



discernimento e compreensão das lógicas macroestruturais e na conjuntura que se estabelece no tempo e nos lugares menores.

Historicamente, desde a década de 1920, o Brasil tem se preocupado, de maneira mais específica, com a questão da educação de adultos. Com a criação do Plano de Ensino Supletivo para Adolescentes e Adultos Analfabetos, em 1947, tal preocupação se intensificou, inspirada no Método Laubach³ e idealizado por Lourenço Filho, que defendia a necessidade de instrução de toda a população como um meio desejável para garantia do desenvolvimento econômico.

“Antes apontado como causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária” (PAIVA, 1987, p. 126). Em 1950, de acordo com Beisiegel (1974), a educação estava voltada à promoção das massas marginalizadas, como uma forma de promoção cultural do povo até, então, alijado da sociedade culta, entendendo que, se o adulto tivesse certa cultura seria esse o meio de contribuir com a sociedade para as transformações sociais, a partir de seu próprio lar e comunidade. Dessa forma, foi entendida como “[...] um processo educativo mais amplo, envolvendo a todos – crianças, adolescentes e adultos – no esforço de elevação dos níveis educacionais das comunidades” (BEISIEGEL, 1974, p. 98).

Em 1961, o conceito adotado era: “Ser um conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades” (RAPÔSO, 1985, p. 56). Sob este novo aspecto e dadas as devidas contribuições de Laubach, Paulo Freire levou em consideração o sujeito da aprendizagem, bem como a cultura local, tornando esse processo para o educando real, uma vez que ele entendia o ser como sujeito de sua aprendizagem. No processo de alfabetização havia palavras geradoras que apresentavam graus de dificuldades fonéticas e também a análise de problemas sociais que os levavam a serem críticos.

Com o Regime Militar instaurado, a partir de 1964, esses movimentos foram proibidos e encerrados, já em 1966. “Os militares, por considerarem o programa uma ameaça aos seus objetivos, acabaram com o movimento, prendendo e exilando alguns de seus integrantes” (HADDAD, 2000, p. 53). Segundo Govoni (1980), foi a partir de 1965 que se

³ Método utilizado na alfabetização de adultos em toda a Ásia e em vários países da América Latina. Maiores detalhes da obra, vide: VIEIRA, David Gueiros. Método Paulo Freire, ou Método Laubach. Centro de Referência Paulo Freire, março de 2004.



começou a pensar na educação funcional; não apenas a alfabetização dos desfavorecidos, mas a alfabetização para promoção cultural, embora a grande preocupação fosse o prestígio diante dos países desenvolvidos, de forma assistencialista e conservadora, pelos militares.

Em 1967, o próprio governo militar lança o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) com a preocupação de ensinar a ler, escrever e contar. De caráter conversador voltado a uma alfabetização funcional dos adultos iletrados que os capacitava a trabalhar, produzir e consumir melhor (BEISIEGEL, 1974, p. 83), ou seja, dessa maneira se alcançava as grandes massas que eram excluídas da vida nacional, mas sem autonomia do educando ou conscientização crítica que visasse a sua transformação, bem longe do idealizado e possível no modelo de Paulo Freire.

“As orientações metodológicas e os materiais didáticos do MOBRAL reproduziram muitos procedimentos consagrados nas experiências de inícios dos anos 60, mas esvaziando-os de todo sentido crítico e problematizador” (BRASIL, 2005, p. 28).

De acordo com Jannuzzi (1979, 2005, p. 4), no MOBRAL, a educação era:

[...] como o processo que auxilia o homem a explicitar suas capacidades, desenvolvendo-se como pessoa que se relaciona com os outros e com o meio, adquirindo condições de assumir sua responsabilidade como agente e seu direito como beneficiário do desenvolvimento econômico, social e cultural (JANNUZZI, 1979, p. 4).

Até então, a educação era importante, principalmente, para formar sujeitos operantes no mercado de trabalho, não sendo permitida ao educando a possibilidade de explorar as suas potencialidades e se sentir socialmente incluso.

Com descrédito, o Movimento Brasileiro de Alfabetização se extingue, em 1985, e surge a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar).

Pode-se conjecturar que esses movimentos foram eficientes dentro dos propósitos, mas mantendo as classes desfavorecidas acomodadas, em seu lugar, fazendo valer a máxima da dualidade do sistema educacional no Brasil, pois, para aqueles com maior capital cultural, outro nível educacional se projetava.

A partir de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), regulamenta e estabelece como responsabilidade do Estado, o dever de ofertar essa modalidade de ensino, com modelo



pedagógico próprio, bem como metodologia de ensino, capacitação e formação de educadores, entre outras exigências.

3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A educação de jovens e adultos – EJA - é a educação voltada para jovens, a partir de 15 anos, e adultos, que, por algum motivo, não concluíram o ensino no tempo regular, estando atreladas a esse fato as dificuldades financeiras que forçam os jovens a trabalhar e assumir a responsabilidade financeira, mas não apenas este fator, como também, as relações familiares e sociais.

Os adjetivos aqui propalados são muitos: excluídos, esquecidos, pobres, sem teto, classe dos desfavorecidos, entre outros. Mas, na verdade, o que existe é uma exclusão social de direitos garantidos para o pleno desenvolvimento do ser humano. De acordo com Nóvoa (2007):

A pior discriminação, a pior forma de exclusão é deixar a criança sair da escola sem ter adquirido nenhuma aprendizagem, nenhum conhecimento, sem as ferramentas mínimas para se integrar e participar ativamente das sociedades do conhecimento (NÓVOA, 2007, p.12).

Infelizmente, até o momento, essa situação ainda é presente em nossa sociedade, pois, se, antes, a restrição era oriunda do atrelamento das classes, hoje, as questões são ainda mais profundas. Dentro desse contexto, a educação de jovens e adultos surge como uma emancipação e efetivação da democracia educacional, mas que ainda se configura em aspectos sociológicos, como o direito à educação, no exercício da cidadania, não deixando de envolver as inter-relações entre escola, trabalho e classe social. Entretanto, conforme já citado, a evasão escolar é bem atual, bem como o fracasso escolar e a repetência, que hoje são mascarados pela progressão, que, se, por um lado, não retém o aprendente, por outro lado, não permite uma aprendizagem qualitativa, permitindo tão somente uma inferência de números nas estatísticas oficiais.

Os processos de construção do homem não se restringem somente à infância, mas também ao longo de toda a sua vida; cada sujeito ou autor (porque escreve a sua própria história) constrói e reconstrói normas, maneiras de pensar e agir, valores que são socializados,



então, cada indivíduo “[...] exerce uma certa influência sobre a orientação da formação social” (LESNE, 1977, p. 25).

Pensar a EJA é pensar na diversidade cultural, social, étnica, religiosa, etária e de gênero. Nesse entendimento, posicionam-se as Orientações Curriculares para a Educação Básica (2010), destacando o direito à autonomia dos sujeitos da EJA nos processos de aprendizagem, bem como a ação educativa pautada em desafios éticos, políticos, tecnológicos e sociais. Nesse processo é, portanto, garantida aos educandos a inter-relação de suas vivências, suas visões de mundo, com o ambiente escolar em que estão inseridos.

O grande legado da EJA é que, hoje, de acordo com Arroyo (2005, p. 225), “[...] ter o ser humano e sua humanização como problema pedagógico” permite a construção de uma nova forma de perceber os educandos da EJA. Corroboramos as ideias de Arroyo, no sentido de que as conquistas nas construções do pensar EJA nos remetem hoje ao discernimento de que o indivíduo é um ser pensante e evolutivo cognitivamente e, por isso, a construção do seu saber se faz em cada relação que ele tem com o meio que o cerca. Sua autonomia crítica é que o faz um ser histórico e que o identifica, não por nome, endereço, mas na sua complexidade individual.

Ao dar o nome a alguém, ao chamar alguém de uma maneira, torna esse alguém determinado, isso, porém, pode me fazer esquecer o momento anterior em que esse alguém se tornou presente para mim [...] (CIAMPA, 2002, p.132).

De acordo com as Orientações Curriculares da EJA, deve-se considerar o perfil dos educandos e o saber pedagógico que se faz, assegurando as funções reparadora, equalizadora e qualificadora no processo educacional, mas de forma significativa para eles.

Na educação de jovens e adultos lidamos com a diversidade geracional, uma vez que não são infantes em desenvolvimento, mas jovens e adultos com históricos de vida distintos e, ao mesmo tempo, comuns, e o docente tem que vê-los de modo que:

O educador, podemos pensar, é aquele que prepara uma refeição, que propõe a vida em grupo, que compartilha alimento, que celebra o saber. É do entusiasmo do educador que nasce o brilho nos olhos dos aprendizes. Brilho que reflete também o olhar do mestre (MARTINS; PICOSQUE; GUERRA, 1998, p.118).



“Somos um ser ativo, cuja ação regida pela lei do interesse ou da necessidade só poderá dar seu pleno rendimento se se fizer um apelo aos móveis autônomos dessas atividades” (PIAGET, 1970, p. 154), ou seja, sob esse aspecto, podemos ver certa semelhança entre crianças e adultos, entretanto seus interesses se pautam no fato de o adulto ir em busca de escolaridade, respondendo às pressões de ordem social e econômica para adquirir um diploma, o que já demonstra por si só que o seu processo de aprendizagem deve ser diferenciado em relação ao da criança (ROCCO, 1979, p.19).

4. ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária, divergindo do liberalismo, no qual os valores e triunfos individuais são exaltados, envolve a gestão coletiva, cujas decisões são tomadas em prol de todos, e que se configura como um modelo formativo com transparência e total envolvimento de todos os indivíduos, para que haja a autogestão. Paul Singer entende a economia solidária como emancipatória do modo capitalista. Assim, parte do pressuposto de que “[...] a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p. 10).

Ela estabelece então novas relações econômicas e sociais que vão em sentido contrário ao proposto na economia contemporânea, visto que essas relações são construídas e reconstruídas pelos sujeitos envolvidos, nas relações de trabalho, nos envolvimento sociais, ou seja, nas relações humanas, independente de suas condições socioeconômicas.

A economia solidária considera a acumulação de saberes oriundos de vivência do sujeito e não sua posição econômica; traz a valorização humana, estimula a criatividade e uma vida mais consciente. Mas falar em solidariedade é mais fácil do que viver, partindo do princípio de que ser solidário é doar-se em prol do outro. Culturalmente não fomos ensinados e nem estimulados a essa prática. É uma reeducação para todos, em meio ao capitalismo vigente que impera nas relações humanas. Kruppa pondera que:

Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a



Economia Solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, mas apenas em linhas gerais e abstratas (KRUPPA, 2005, p. 16).

Dentro dessa nova perspectiva, a educação de jovens e adultos se fundamenta nessa nova construção de mundo, na qual é considerado todo o histórico do indivíduo, sendo uma nova alternativa de vida. Como o ser humano está sempre em processo de autoconstrução, a economia solidária “[...] promove o trabalho humano como ser, saber, criar e fazer” (ARRUDA, 2005, p. 34).

Desta feita, novas formas de relações sociais de igualdade são construídas, quando as conquistas são pela ação do coletivo. Considerando esse aspecto, a economia solidária e a educação podem estar agregadas em prol do todo. Segundo Kruppa:

A Economia Solidária tem que entrar na educação como fez a economia capitalista que embebeu o conjunto das instituições no seu fazer, porque não é só a produção capitalista em si que deve ser mudada, é a produção e a reprodução de vida que devem estar pautadas por novos valores. A Economia Solidária é meio de um contexto social que propõe a igualdade de condições e o direito à diferença. Igualdade de condições que elimina a sociedade hierárquica, por meio de uma sociedade marcada por relações democráticas, onde as diferenças entre os indivíduos possam acontecer sem gerar desigualdades. E, portanto, uma economia com defesa do idêntico. Uma economia que considera que as pessoas são diferentes e devem ter espaço para o exercício de suas diferenças (KRUPPA, 2005, p. 27).

Nesse sentido, Singer (2005, p.19) destaca que a economia solidária “[...] é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática”. A solidariedade como prática é um aprendizado de vivência de uma nova sociedade que valoriza os saberes na construção de relacionamentos sociais e econômicos.

5. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A representação social nasce na sociologia e na antropologia, como o coração da psicologia social, a partir de Durkheim e Lévi-Bruhl, que nos remetem a uma nova construção de entendimento da psicologia social, a partir da internalização dos saberes ou sentidos comuns, que se configuram nas conversações ou ajuntamentos de pessoas.



Para Durkheim (1989, p.154), a primeira representação social do homem, no mundo e consigo mesmo, foi de ordem religiosa. Para ele, as representações coletivas são exteriores ao indivíduo e acabam exercendo pressão, ou sendo impostas sobre o individualismo, estabelecendo, portanto, que o pensamento coletivo é superior ao pensamento individual.

Moscovici amplia a visão de Durkheim, no sentido de que não há separação entre o individual e o coletivo, visto que as sociedades se caracterizam “[...] por seu pluralismo e pela rapidez com que as mudanças econômicas, políticas e culturais ocorrem”. O autor destaca, ainda, que, nos dias de hoje, poucas representações são verdadeiramente coletivas (MOSCOVICI 1978, p. 44-45).

Corroborando Moscovici, na concepção de Guareschi e Jovchelovitch (2002) “[...] não existe sujeito sem sistema e nem sistema sem sujeito” e, por isso mesmo, as pessoas, independentemente de cultura, crenças, religião ou ideologia, vão assimilar, por meio dos relacionamentos sociais, saberes e, individualmente, construir significados distintos, por meio de conhecimentos culturais. Contribuindo com este entendimento, Jodelet pondera que:

Colocar o indivíduo como agente implica reconhecer neste último um potencial de escolha de suas ações, permitindo-lhe escapar da passividade diante das pressões ou constrangimentos sociais e intervir, de maneira autônoma, no sistema das relações sociais, como detentor de suas decisões e senhor de suas ações (JODELET, 2009, p. 689).

A representação social considera o indivíduo, como parte da construção social na qual ele está inserido. A leitura individual de cada indivíduo e sua releitura de mundo, contribuem para sua representação sobre fatos ou pensamentos ditos verdadeiros. Particularidades de crenças, certezas pessoais de um indivíduo ou grupos de pessoas, suas percepções culturais, sociais, políticas entre outras, contribuem para a sua percepção social que não é dissociada de seu mundo individual, sendo então conquistadas sob tensões culturais e familiares, gerando transformações.

É necessário levar em consideração a construção do ser, a partir de seu discernimento do ambiente e ele, como sujeito desse ambiente. Em seu livro *As Regras dos Métodos Sociológicos* Durkheim afirma que “[...] as representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. (...) se ela



aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais (...)” (DURKEIM, 1978, p. 79).

As representações sociais condizem com a realidade psicossocial de cada sujeito, que se traduz na forma como o sujeito se vê e traduz o seu ambiente social. Segundo Minayo (1995, p. 89) “[...] representações sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”. Portanto, não se configura como um ambiente estático e social, mas em contínua construção por cada indivíduo que o compõe.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, muitas discussões foram travadas e inúmeras contribuições se deram na direção de uma participação mais efetiva na construção da educação de jovens e adultos. Entretanto, ainda esbarramos na limitação de não atender condignamente às expectativas deles que, dentro de seus contextos sociais, econômicos e psicológicos demonstram necessidades tão peculiares quanto podemos depreender da estratificação social absorvida pelo ambiente escolar.

A educação de Jovens e Adultos foi pensada como um processo libertador, dentro de seu contexto histórico, com conteúdo e métodos que lhes sejam significativos. Contribuindo com essa educação, a Economia Solidária vem propor, como um ato pedagógico, uma nova forma social e econômica entre as pessoas, à medida que considera o bem-estar, empregando os saberes, num ato de solidariedade para a promoção de todos, sem exclusão ou privilégios, dada a posição econômica do indivíduo.

Embora a Economia Solidária venha para contribuir nas relações sociais, por meio da valorização do sujeito - e não apenas da sua produção econômica - há de se considerar que ainda é um desafio demonstrar a plena exequibilidade dessa nova economia, pautada nas relações humanas, que visam primordialmente o bem comum; uma economia que pratica a outridade, que considera que as pessoas são diferentes e devem ter “espaço” para o exercício de suas diferenças.



Observou-se, ainda, que os educandos apreendem os conteúdos e se apresentam intimamente ligados às imagens, valores, informações e observações individuais e coletivas que representam sua condição social, a partir de significações por eles apreendidas. Não obstante, faz-se necessária uma análise do que realmente importa para os aprendentes jovens e adultos da EJA e como a economia solidária tem o condão de conduzi-los pelo caminho de um saber que possa ser constituído a partir das diversas realidades inseridas no mundo capitalista vigente.

Tal importância da Economia Solidária, na proposição de um caminho, deve ser melhor compreendida pelos agentes envolvidos no processo educacional, a fim de que, uma vez sistematizado e apreendido esse método de externalização de saberes, eles venham a produzir seus saberes e socializá-los por meio das diferentes representações, sendo este um exercício consciente e um ato de verdadeira cidadania exercida por sujeitos cognoscentes.

Por fim, há que se considerar o indivíduo como parte integrante e intrínseca desse processo de educação socializadora, bem como deve-se salientar a relevância de sua releitura de mundo. Entretanto, como cada sujeito se apropria ou apreende cada informação por ele internalizada, e como ela interfere no pensamento coletivo, também configura suas representações sociais, não importando suas condições sociais, religiosas e financeiras.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. A. **A Educação de Jovens e Adultos em tempo de exclusão**. Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

ARRUDA, Marcos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado de Educação Popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação para Jovens e Adultos**: Ensino Fundamental: Proposta Curricular – 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.



CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DURKHEIM, Èmile. **Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Paulinas, 1989

_____. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

GOVONI, Ilário. **Alfabetização de Adultos como Mudança Sócio-ECultural**. Teresina: Edições Punaré, 1980.

GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HADDAD, Fernando. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: *Fundação Perseu Abramo*, 2002.

JANUZZI, Gilberta Martinho. **Confronto Pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

JODELET, Denise. **O Movimento de Retorno ao Sujeito e a abordagem das Representações Sociais**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009

KRUPPA, M. Sonia. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005.

LESNE, Marcel. **Trabalho Pedagógico e Formação de Adultos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, Maria Tereza Telles. **Didática do Ensino de Arte: língua do mundo**. São Paulo: FTD, 1998.

MINAYO, Maria Cecília. **O conceito das representações sociais dentro da sociologia clássica**. In: GUARESHI, P.; JOVCHELOVICH, S. (orgs). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOSCOVICI, F. **A Representação Social da Psicanálise**. Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NÓVOA, Antônio. **Desafio do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. São Paulo: SINPRO, 2007.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PIAGET, JEAN. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Editora Florense, 1970.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base – MEB: discurso e prática**, 1961 – 1967. São Luís: UFMA, 1985.



Revista FACISA *ON-LINE*. Barra do Garças – MT, vol. 04, n. 01, p. 49 – 62, jan./jul.2015.
(ISSN 2238-8524)

ROCCO, Gaetana Maria Jovino Di. **Educação de Adultos: Uma Contribuição para seu Estudo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

SINGER, Paul Israel. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. A Economia solidária como um ato pedagógico. In: _____. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005. Cap. 5, p.13-20.